



UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XII
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO**

RAFAELA SANTOS MELO NASCIMENTO

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS ALÉM DOS NÚMEROS:
Estudo de caso sobre a saúde financeira dos técnicos administrativos da
Universidade do Estado da Bahia – Campus XII

Guanambi (BA)
2025



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XII
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO

RAFAELA SANTOS MELO NASCIMENTO

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS ALÉM DOS NÚMEROS:

Um estudo de caso sobre a saúde financeira dos Técnicos Administrativos da
Universidade do Estado da Bahia – Campus XII

Artigo apresentado como pré-requisito
para a conclusão da disciplina TCC II, do curso
de Administração da Universidade do Estado da
Bahia – Campus XII como parte das exigências
para a obtenção do título de bacharel em
administração.

Orientador (a): Ms Lara Amorim Helfenstein

Guanambi (BA)
2025

RAFAELA SANTOS MELO NASCIMENTO

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS ALÉM DOS NÚMEROS:

Um estudo de caso sobre a saúde financeira dos Técnicos Administrativos da
Universidade do Estado da Bahia – Campus XII

Artigo apresentado ao curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Campus XII como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Administração.

Local, 10 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Lara Amorim Helfenstein

Afiliações

Prof. Adller Moreira Chaves

Afiliações

Téc. Adm. Adaltiva dos Santos Xavier

Afiliações

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS ALÉM DOS NÚMEROS:

Um estudo de caso sobre a saúde financeira dos Técnicos Administrativos da
Universidade do Estado da Bahia – Campus XII

Rafaela Santos Melo Nascimento^[1]

Lara Amorim Helfenstein ^[2]

RESUMO

O estudo analisou a saúde financeira dos servidores técnico-administrativos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XII, investigando atitudes de planejamento, controle orçamentário e conhecimento financeiro. A pesquisa, de abordagem quantitativa e descritiva, contou com a participação de 14 servidores, majoritariamente com ensino superior e renda entre R\$ 3.500,00 e R\$ 4.999,99. Os resultados mostram que, embora 85,7% afirmem controlar seus gastos, a maioria utiliza métodos informais, como cadernos, o que limita a efetividade do planejamento. A situação orçamentária revela que 50% vivem em superávit, enquanto os demais operam no limite ou déficit, com 50% apresentando comprometimento da renda principalmente por faturas de cartão de crédito. Apesar de demonstrarem conhecimento básico sobre finanças, parte significativa desconhece conceitos essenciais, como a taxa Selic e perfis de investimento. Há, contudo, forte disposição para capacitação: 78,6% têm interesse em ampliar o conhecimento financeiro. Conclui-se que o problema não decorre da renda, mas de lacunas comportamentais e técnicas, reforçando a necessidade de programas de educação financeira voltados para hábitos, planejamento e gestão de passivos.

Palavras-chave: Saúde Financeira. Servidor Público. Endividamento. Educação.

ABSTRACT

This study analyzed the financial health of technical and administrative staff at UNEB – Campus XII, with the objectives of verifying financial management attitudes and identifying training needs. A descriptive qualitative approach was used and applied to 14 employees, whose sample has a high level of education and income concentrated in the intermediate range (R\$ 3,500.00 to R\$ 4,999.99). The results revealed that 50.0% of employees live on the edge or in budget deficit. Fifty percent of the sample is in debt, with their income compromised by credit card bills. This behavior,

coupled with the predominant use of informal control methods such as notebooks, suggests that the problem lies in the lack of practical skills and overconfidence, rather than salary restrictions. It was concluded that financial education programs focused on changing attitudes and effective liability management should be implemented, meeting the needs of civil servants.

Keywords: Financial Health. Civil Servant. Indebtedness. Education

1 INTRODUÇÃO

O funcionalismo público é frequentemente percebido como uma opção atrativa por muitos brasileiros, sobretudo pela associação à estabilidade no emprego e à previsibilidade de renda. No entanto, essa percepção não é unânime, sendo influenciada por fatores individuais e contextuais, como preferências por segurança ou propensão ao risco, aspectos amplamente discutidos pela literatura de finanças comportamentais (Kahneman; Tversky, 1979).

Nesse contexto, a estabilidade financeira atribuída aos servidores públicos também os torna um público-alvo relevante para instituições financeiras, que enxergam nesse grupo menor risco de inadimplência e maior previsibilidade de retorno. Ao ingressarem no serviço público, muitos servidores se deparam com uma oferta exagerada e tentadora de crédito.

Em 2025, o governo da Bahia sancionou novos reajustes salariais para docentes e técnicos das universidades estaduais, em um movimento oficial de valorização das categorias (Agência de Comunicação UNEB, 2025). Apesar da medida, quando se analisa o contexto mais amplo da economia brasileira, percebe-se que a preservação do poder de compra ainda é um desafio.

Nesse sentido, mesmo diante da estabilidade e da previsibilidade salarial características do setor público, a combinação entre rendimentos defasados e o fácil acesso a linhas de crédito, como o crédito consignado, pode favorecer o endividamento. Assim, a ausência de um planejamento financeiro estruturado pode

transformar a segurança do vínculo público em um fator de risco para o comprometimento da renda no longo prazo.

De acordo com Cerbasi (2009), o planejamento financeiro é fundamental para garantir o controle sobre receitas e despesas, bem como para evitar o comprometimento excessivo da renda ao longo do tempo.

Dessa forma, o presente estudo foi motivado pelo interesse em observar o conhecimento sobre educação financeira pessoal, atitudes de comportamento, identificar as dimensões centrais da saúde financeira dos servidores, bem como é feito o gerenciamento financeiro e endividamento, se há conhecimento financeiro e se há interesse em buscar conhecimento financeiro.

Os Técnicos Administrativos da UNEB em Guanambi são servidores públicos, efetivos ou terceirizados, responsáveis por atividades de apoio administrativo e técnico que asseguram o funcionamento dos setores acadêmicos e administrativos do Campus XII, onde são ofertados cursos como Administração, Educação Física e Enfermagem.

Diante desse contexto, este trabalho tem como questão norteadora: Como o conhecimento sobre finanças e sua aplicabilidade impacta a saúde financeira dos servidores técnico-administrativos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XII?

Os objetivos específicos são: verificar as atitudes e comportamentos dos servidores em relação ao planejamento financeiro e ao gerenciamento de dívidas; fazer o levantamento sobre o conhecimento dos servidores sobre temas relacionados à educação financeira; identificar possíveis necessidades de capacitação em educação financeira entre os servidores técnico-administrativos.

Dessa forma, este trabalho busca compreender a saúde financeira dos técnicos administrativos da UNEB – Campus XII, discutindo educação financeira, finanças pessoais, finanças comportamentais e as especificidades da vida financeira do servidor público.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é representada como conhecimento do qual indivíduo lida com o recurso que norteia as suas escolhas de vida. O recurso monetário

atualmente o principal meio capaz de prover cambio entre produtos em geral e consumidor.

Desse modo, usar o dinheiro é um meio essencial para manutenção da vida humana, por isso, ter noção básica de finanças, contas a pagar, a receber, despesa, receitas auxilia na sobrevivência saudável das famílias.

De acordo Liberato (2023, p. 169), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirma que a educação financeira é:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

O conceito apresentado por Liberato demonstra que a educação financeira se molda a partir do conhecimento técnico, e vai além, buscando um esforço contínuo para promoção de comportamentos e hábitos que ajude os indivíduos e a sociedade na formação de valores e desenvolvam capacidades que não se restringem a instrução, mas que os ajudem a melhorar seu bem-estar pessoal, familiar e profissional. A comissão de Valores imobiliário coordenou a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira que foi finalizada em 2009. Segundo a Comissão de Valores o objetivo da ENEF é:

Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

As primeiras iniciativas de Educação Financeira em âmbito nacional no Brasil foram estabelecidas por meio de um projeto piloto (CONEF/GAP) entre 2010 e 2011, envolvendo 891 escolas e quase 27 mil alunos do Ensino Médio em cinco estados e no Distrito Federal.

De acordo, destaca Cunha (2020), o projeto foi desenvolvido com um rigor metodológico notável, utilizando delineamentos experimentais com grupos de tratamento e controle e instrumentos de avaliação aplicados em três momentos, visando validar a eficácia do conteúdo.

Os resultados do projeto foram amplamente positivos, demonstrando um aumento significativo na proficiência e autonomia financeira dos alunos, além de uma melhoria comprovada no comportamento de gastos e na intenção de poupar (AEF, 2012).

Portanto, esses resultados evidenciam que a intervenção formal, quando aplicada com metodologia rigorosa, possui o potencial de gerar mudanças de atitudes, um aspecto fundamental para a discussão do gerenciamento financeiro no serviço público. A seguir o tópico sobre finanças pessoais no contexto do brasileiro.

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

No Brasil durante as décadas de 1970, 1980 e parte dos anos 1990, a população enfrentou um cenário de inflação extremamente alta, conforme destacado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010.

A inflação era uma presença constante na vida dos brasileiros, com preços ajustados regularmente com base na inflação passada, essa realidade criou uma "memória inflacionária" entre os cidadãos, que desenvolveram o hábito de consumir imediatamente, temendo aumentos rápidos e contínuos nos preços. (OCDE, 2012).

Segundo a pesquisa nacional (PNAD, 2007) constatou que, a educação financeira é baixa: os brasileiros não planejam seus gastos no longo prazo, demoram para se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes.

Housel (2020) argumenta que a boa gestão financeira depende mais do comportamento humano e da forma como o indivíduo lida emocionalmente com o dinheiro do que de fórmulas matemáticas ou conhecimentos técnicos, reforçando que finanças pessoais são, em grande parte, "psicologia em prática".

Conforme os autores Assaf Neto; Lima, 2019 expõem "gerir de forma eficaz os ganhos e as despesas individuais de cada pessoa é o que conhecemos atualmente por finanças pessoais".

O processo de contextualização e conceituação de finanças varia de pessoa para pessoa, pois o conhecimento de como é discutida e aplicada está condicionado

ao nível de educação financeira, experiência pessoal e contexto socioeconômico em que os indivíduos estão dispostos.

2.2 FINANÇAS COMPORTAMENTAL

As teorias clássicas da economia partem do pressuposto de que o indivíduo toma decisões financeiras de forma racional, buscando sempre maximizar seus ganhos.

No entanto, pesquisas em psicologia e economia demonstraram que, na prática, o comportamento humano é fortemente influenciado por emoções, vieses cognitivos e contexto social. Esse campo de estudos, conhecido como Finanças Comportamentais, busca compreender como fatores psicológicos impactam decisões de consumo, poupança e investimento (Kahneman; Tversky, 1979; Thaler, 2015).

Dessa forma, na economia tradicional considera que basta gastar menos do que se ganha para ter economia para o futuro, já na economia comportamental é diferente, preocupa-se em entender os motivos de uma coisa tão simples, como guardar dinheiro, não ser realizada pela maioria das pessoas. (Farias, 2024)

A importância do aspecto emocional na tomada de decisões reforça a ideia de que a saúde financeira não é definida primariamente pelo conhecimento técnico ou por fórmulas matemáticas complexas.

Housel (2020) corrobora essa perspectiva ao defender que o sucesso financeiro depende majoritariamente do comportamento e da disciplina, e menos da inteligência puramente lógica.

Desse modo, as finanças pessoais transcendem a mera lógica dos números, pois envolvem o autocontrole, o controle emocional e a disciplina diante da incerteza.

A forma como o indivíduo lida com seu dinheiro, considerando seu contexto familiar, social e a facilidade de acesso ao crédito (como é o caso do servidor público), é o fator que, em última instância, determina a qualidade da sua saúde financeira e o seu bem-estar percebido.

As Finanças Comportamentais revelam que decisões financeiras são atravessadas por vieses cognitivos e emoções, o que exige estratégias de educação financeira que contemplem não apenas técnicas de orçamento, mas também o

desenvolvimento de habilidades comportamentais. Esse campo amplia a compreensão sobre por que muitas famílias, mesmo com informação disponível, enfrentam dificuldades em manter equilíbrio financeiro.

3 SERVIDOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA BAHIA

Segundo disposições na Constituição Federal de 1988, os servidores públicos são todos aqueles que possuem vínculo funcional com o Estado. De acordo com a Lei 8.112/90, servidor público é aquela pessoa legalmente investida no cargo público e que possui atribuições e responsabilidades previstas em legislação.

O servidor público estabelece um vínculo empregatício com o Estado, adquirindo estabilidade. Segundo a Lei 8112.90 de acordo a alteração da emenda de 2019:

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Nos últimos dez anos, a remuneração dos servidores estaduais da Bahia passou por múltiplos reajustes, mas que, em muitos momentos, ficaram aquém da inflação acumulada, resultando em perdas reais persistentes.

Por exemplo, entre 2015 e 2022, o índice de preços ao consumidor (IPCA) acumulou cerca de 59,47 %, enquanto as recomposições salariais concedidas deixaram um déficit estimado de aproximadamente 53,33 % para os servidores da Bahia, segundo o Dieese.

Em 2022, apesar do reajuste linear de 4 % concedido pelo governo, esse aumento foi considerado insuficiente para compensar as defasagens anteriores (Andes / Dieese). Mais recentemente, em 2024, o Estado concedeu reajuste linear de 4 % para todos os servidores, acrescido de 2,86 % para docentes e técnicos das instituições estaduais (UNEB e outras) como complemento.

Em 2025, o governo sancionou novos ajustes que beneficiam cerca de 45 mil servidores estaduais, com percentuais variando entre 10,2 % e 22,1 %, escalonados entre 2025 e 2026, além de reestruturações de carreira para cargos técnico-universitários (Lei 14.817/2025). (Dieese,2025). A figura 01 apresenta os vencimentos bases dos servidores Técnicos universitários com o primeiro aumento de março de 2025.

Figura 01 - Vencimentos Técnicos Universitários da Bahia 2025

Técnico Universitário Vigência 1º de março de 2025 40 horas semanais		Analista Universitário Vigência 1º de março de 2025 40 horas semanais	
GRAU	VENCIMENTO	GRAU	VENCIMENTO
I	1.511,05	I	1.892,51
II	1.624,08	II	2.143,97
III	1.734,67	III	2.433,12
IV	1.854,09	IV	2.765,66
		V	3.148,08
		VI	3.499,93
		VII	3.893,98
		VIII	4.335,35
		IX	4.829,63

Fonte: Diário Oficial, 2025.

A figura demonstra que os vencimentos dos servidores técnico-administrativos se situam próximos ao salário mínimo vigente no país. Embora haja o recebimento de gratificações complementares, estas não são incorporadas ao salário base, evidenciando uma defasagem remuneratória quando comparados a outras funções de mesmo nível, especialmente ao se considerar os efeitos da inflação ao longo do tempo. Esse contexto impacta diretamente a capacidade de organização financeira desses indivíduos, tornando o planejamento financeiro um instrumento essencial para a manutenção do equilíbrio econômico.

4 METODOLOGIA

Esse estudo foi motivado pelo interesse em observar o conhecimento sobre educação financeira pessoal, atitudes de comportamento dos técnicos administrativos da UNEB campus XXII, bem como, suas práticas e a sua utilização no dia a dia.

Dessa maneira, a construção da revisão de literatura deu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica, com a leitura e análise de artigos científicos, reportagens, livros que tratam da educação financeira, comportamento do consumidor e finanças pessoais alinhados com o objetivo proposto pelo trabalho.

A pesquisa caracteriza-se como de natureza quantitativa e descritiva, uma vez que busca analisar padrões de comportamento financeiro por meio de dados

mensuráveis. De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno.

A abordagem quantitativa permite identificar tendências e relações entre variáveis, sendo adequada ao estudo de finanças comportamentais, que frequentemente utiliza dados estruturados para analisar decisões individuais. Além disso, apresenta caráter descritivo, pois busca delinear e compreender o grau de conhecimento e prática dos servidores em relação à educação financeira.

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

A população-alvo da pesquisa foi composta pelos servidores técnico-administrativos da UNEB – Campus XII, utilizando como critério de inclusão os efetivos e comissionados. A escolha desse grupo justifica-se pelo fato de que esses servidores recebem remuneração diretamente do Governo do Estado e estão sujeitos ao regime de benefícios e políticas salariais específicas do funcionalismo público estadual.

Embora os cargos comissionados não usufruam da mesma estabilidade dos servidores efetivos, sua inclusão na amostra se justifica pela proximidade institucional e pelas semelhanças no contexto de tomada de decisão financeira.

Esses indivíduos, ainda que submetidos a maior incerteza quanto à permanência no cargo, frequentemente apresentam padrões de renda e acesso a produtos financeiros semelhantes aos dos servidores efetivos, sendo igualmente considerados pelas instituições financeiras como público relevante.

Sob a perspectiva das finanças comportamentais, a percepção de segurança financeira não está exclusivamente vinculada à estabilidade formal, mas também a fatores subjetivos, como expectativas de continuidade no cargo, confiança na rede de relações profissionais e otimismo em relação ao futuro (Kahneman; Tversky, 1979).

Dessa forma, a inclusão de servidores comissionados permite ampliar a análise, incorporando diferentes níveis de percepção de risco e segurança, enriquecendo a compreensão dos comportamentos financeiros dentro do setor público.

Tal característica de ambos os diferencia dos trabalhadores terceirizados, que também integram o quadro de funcionários, mas seguem vínculos empregatícios,

benefícios e estruturas salariais distintas, o que poderia interferir na comparabilidade dos dados da pesquisa.

A amostragem foi de natureza não probabilística por conveniência, considerando a disponibilidade e acessibilidade dos participantes. Foram convidados a participar todos os vinte e um (21) colaboradores do campus, servidores efetivos ou em cargo comissão.

O quantitativo foi estipulado com base naqueles que aceitaram responder ao questionário no período determinado para a coleta de dados, durante o período de 13 de maio a 30 de maio de 2025, sendo assim, (14) respondentes, correspondendo a uma amostra de 67% do total.

Em relação ao descritivo estatístico a população do estudo foi composta por 21 servidores técnico-administrativos do Campus XII. Para definir o tamanho mínimo da amostra necessária, foi realizada uma estimativa utilizando o cálculo amostral disponível na plataforma *SurveyMonkey* (Survey). Considerou-se um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 15%, parâmetros adequados para populações pequenas e estudos exploratórios. Entretanto há limitação do estudo e pelo quantitativo pequeno da amostra não é possível utiliza-se para comparativos e ampliação de afirmações.

4.2 PESQUISA DE CAMPO

O método escolhido foi a pesquisa de campo, foi realizada com o objetivo de coletar dados diretamente no ambiente onde o fenômeno ocorre, possibilitando a observação mais precisa da realidade estudada. Essa etapa envolveu a interação direta com os participantes e o uso de questionário para coleta de dados.

A coleta de dados aconteceu na UNEB – Campus XII, nesse contexto, os participantes foram abordados em seu ambiente de trabalho/cotidiano, garantindo maior naturalidade e fidelidade das respostas.

Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário estruturado, aplicado por meio da plataforma *Google Forms*, utilizado para coleta e tabulação de dados, contendo questões de múltiplas escolhas. O questionário foi dividido em três seções principais para analisar as dimensões: i) grau de endividamento, gerenciamento financeiro; ii) conhecimento financeiro; iii) busca por conhecimento financeiro.

Desse modo, o questionário foi divulgado por e-mail, no grupo do WhatsApp, e por fim foram impressos 3 formulários para os servidores que estavam relatando dificuldade em acessar o formulário por problemas no e-mail.

Após o período de aplicação, as respostas foram automaticamente organizadas e tabuladas pela própria ferramenta, possibilitando uma sistematização eficiente das informações para posterior análise. Os resultados foram apresentados em forma de gráficos e tabelas para facilitar a interpretação e discussão dos achados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Perfil e Contexto Socioeconômico

Ao aplicar a pesquisa foi possível identificar as dimensões centrais da saúde financeira dos servidores, bem como é feito o gerenciamento financeiro e endividamento, se há conhecimento financeiro e se há interesse em buscar conhecimento financeiro.

A metade dos respondentes, nesse caso sete (7) pessoas estão na faixa etária entre quarenta e seis (46) e cinquenta e cinco anos (55). Quanto ao sexo, os participantes o sexo feminino são a maioria com (57,1%), que corresponde a oito (8) pessoas. A tabela 1, evidencia o perfil dos respondentes. A maior parte (9) tem ensino superior completo.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes

GÊNERO	Feminino	8	57,14%
	Masculino	6	42,86%
	Total	14	100,00%
IDADE	25 a 35 anos	1	7,14%
	36 a 45 anos	5	35,71%
	46 a 55 anos	7	50,00%
	Acima de 55 anos	1	7,14%
	Total	14	100,00%
ESCOLARIDADE	Ensino Médio Completo	1	7,14%

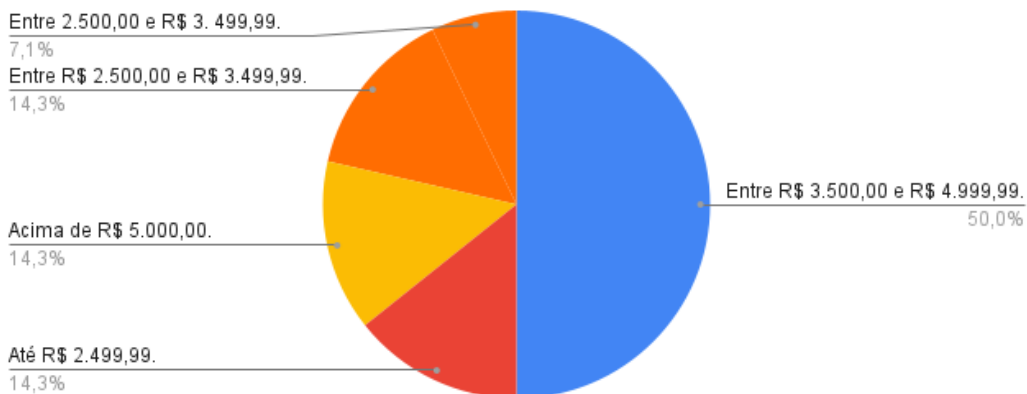
	Ensino Superior Completo	9	64,29%
	Mestrado	4	28,57%
	Total	14	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2025

Observa-se o momento de vida dos servidores, percebe-se também que a maioria estão entre 46-55 anos o que demonstra que são responsáveis por famílias ou assumem despesas sozinhos, além da sua maioria ocupar cargos que não exigem formação acadêmica, a maior parte é formado (64,29%) e inclusive alguns (28,57%) respondentes com mestrado. Assim percebe-se que os participantes em sua maioria possuem formação acadêmica superior.

O gráfico 2 - Representa a renda pessoal mensal dos respondentes.

Renda pessoal mensal



Pesquisa de campo, 2025.

O gráfico 2 evidencia uma forte concentração salarial: 50,0% da amostra situa-se na faixa de R\$ 3.500,00 a R\$ 4.999,99. Este dado é particularmente relevante por tratar-se de servidores públicos.

No contexto da carreira pública, a remuneração é marcada pela estabilidade e previsibilidade, mas também pela menor possibilidade para aumentos rápidos de renda, sendo os reajustes limitados por planos de carreira específicos. De acordo com Gitman e Zutter (2017), a gestão financeira é o processo de alocação de recursos escassos.

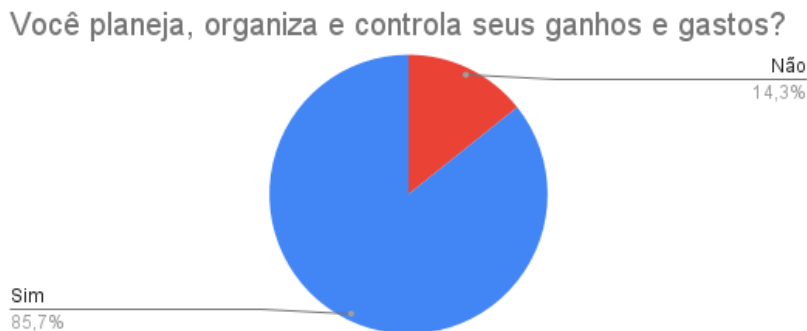
Durante o período de divulgar a pesquisa através do questionário, um respondente ao ser informado sobre a pesquisa relatou que não comenta nem com sua irmã, com quem divide a casa o valor da sua renda.

Percebe-se assim limitações do estudo, não há como comprovar se o que responderam condiz, foi possível compreender que falar sobre renda, o financeiro e endividamento ainda é tabu, muitas vezes as pessoas sentem vergonha, ou não querem se expor.

Desse modo, tal postura sugere um desconforto ao tratar de temas relacionados à sua vida financeira. O que pode impactar diretamente na disposição para aprender ou para aderir práticas de educação financeira.

4.2 Gerenciamento, Controle e Equilíbrio do Orçamento

Gráfico 3 – Você organiza e controla seus ganhos e gastos?



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

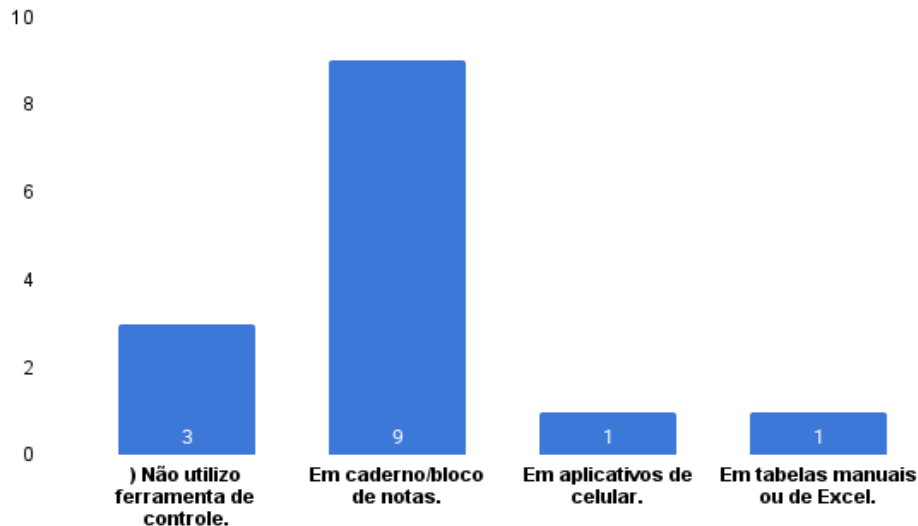
O Gráfico 3 – Ele investiga a prática de gerenciamento financeiro, apresentando um resultado notavelmente positivo: 85,7% afirmam que planejam, organizam e controlam seus gastos e ganhos.

Este elevado percentual sugere a consciência sobre a importância da gestão, que é crucial em um universo de servidores públicos, onde a renda possui estabilidade, mas é menos elástica para crescimento.

Assim, para este grupo, o controle é a principal estratégia para otimizar o recurso e gerar margem para a acumulação de patrimônio (Gitman e Zutter, 2017).

Em contraste, 14,3% (dois indivíduos) declaram não manter esse tipo de controle. Esta minoria se encontra em uma posição de maior vulnerabilidade financeira. A falta de planejamento, mesmo com a segurança da renda, pode sugerir a porta de entrada para o desequilíbrio orçamentário e o endividamento.

Gráfico 4 – Caso a resposta anterior seja sim, como você fez isso?



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O Gráfico 4 detalha os métodos utilizados pelos respondentes para fazer o controle financeiro, trazendo uma perspectiva crítica sobre a qualidade da gestão.

A ferramenta dominante é o caderno/bloco de notas, escolhido por nove (9) servidores, pode-se relacionar esse dado com a idade dos respondentes, apresentado na tabela 1, sendo 50% (metade) na faixa etária de 46 a 55 anos.

A baixa adesão a métodos mais robustos, com apenas um (1) respondente utilizando planilhas/tabelas e um (1) utilizando aplicativos, sugere que a maioria dos servidores que controlam não aproveita as vantagens da tecnologia para fazer uso do orçamento e visualizar projeções futuras.

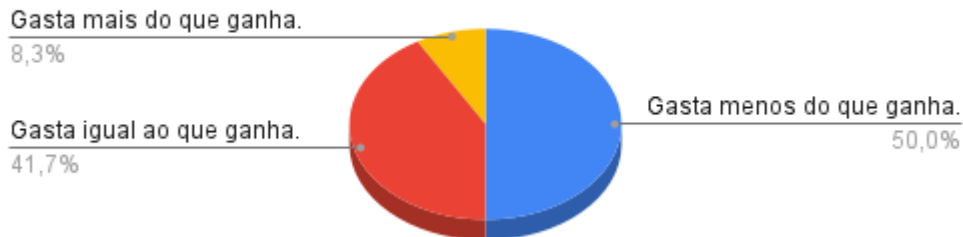
Este dado é crucial: enquanto o Gráfico 3 revelou a intenção de controle (85,7%), o Gráfico 4 indica uma fragilidade na ferramenta utilizada, o que pode comprometer a eficácia do equilíbrio orçamentário.

Além disso, o fato de três (3) servidores afirmarem não utilizar ferramenta de controle formal reforça a existência de há pessoas confiando na memória e na

casualidade, expondo-se ao risco de desequilíbrio, mesmo em um cenário de renda previsível.

O Gráfico 5 – Relação entre gastos mensais e salários.

Com relação aos seus gastos, você diria que:



Fonte: Pesquisa de campo, 2025

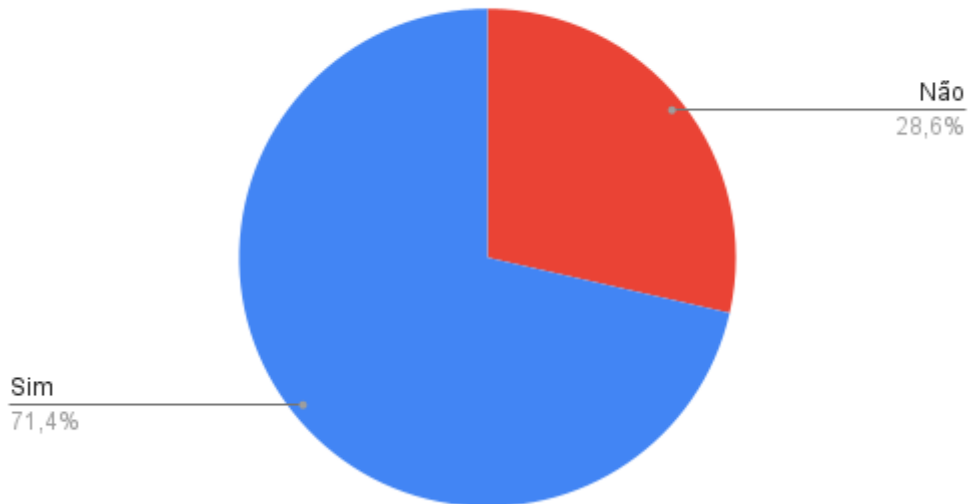
O Gráfico 5 – Observa-se que 50% dos respondentes afirmam gastar menos do que ganham, o que indica uma organização mínima e que metade dos servidores estão em (superávit) gastam menos do que ganham.

Em contrapartida, 41,7% declararam gastar exatamente o que ganham, ou seja, estão em (equilíbrio zero), gastam o mesmo que ganham, isso pode-se sugerir falta de planejamento.

Apenas 8,3% afirmaram gastar mais do que ganham, o que, apesar de ser uma minoria, em uma situação deficitária, gasta mais do que ganha, dessa forma aponta risco de endividamento. “Gerir de forma eficaz os ganhos e as despesas individuais de cada pessoa é o que conhecemos atualmente por finanças pessoais” (Assaf Neto; Lima, 2019). É importante salientar a importância de ter uma consciência de como se gasta, com o que está gastando e o porquê dos gastos.

O gráfico 6 – Reserva de emergência. Ilustra as respostas à pergunta: Você possui alguma reserva para emergências?

Você possui alguma reserva para emergências?



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Ao serem questionados sobre a existência de uma reserva financeira para emergências, 71,4% dos servidores técnico-administrativos da UNEB – Campus XII afirmaram possuir algum valor reservado, enquanto 28,6% responderam que não possuem essa proteção.

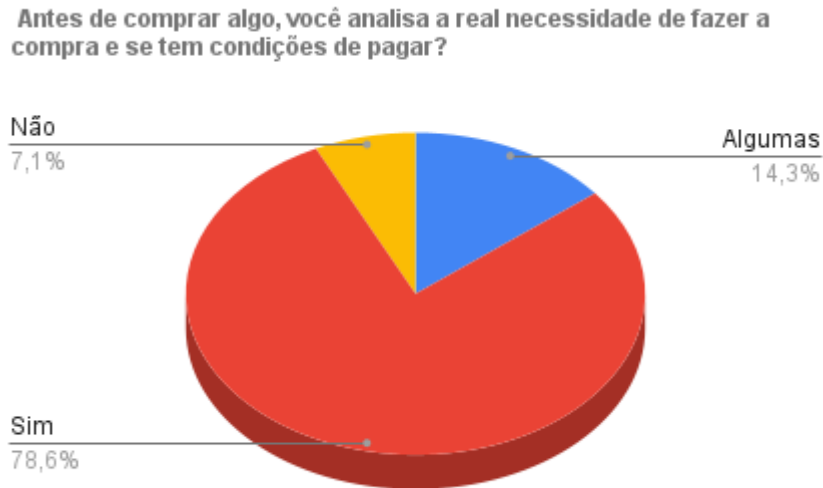
Embora a maioria indique algum nível de precaução, o percentual dos que não mantêm uma reserva revela uma vulnerabilidade significativa frente a imprevistos financeiros.

A literatura reforça que a construção de uma reserva de emergência é um dos primeiros passos para a saúde financeira, pois diminui os impactos de eventos inesperados e contribui para uma vida financeira mais estável (DOMINGOS, 2017).

A ausência dessa prática, especialmente entre servidores com renda estável, como é o caso dos servidores público, indica uma lacuna na formação no comportamento financeiro, que pode comprometer o bem-estar e a tomada de decisões financeiras.

4.3 Endividamento, uso de crédito e necessidade de capacitação financeira

O Gráfico 5 - ilustra as respostas à pergunta: antes de comprar algo, você analisa a real necessidade de fazer a compra e se tem condições de pagar?



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

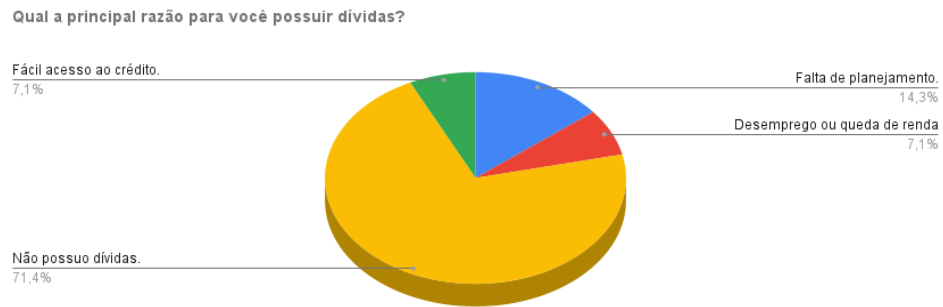
Quando questionados se analisam a real necessidade de uma compra e se possuem condições de pagamento antes de realizá-la, 78,6% dos respondentes afirmaram que sim, demonstrando uma postura mais reflexiva e consciente em relação ao consumo.

Por outro lado, 14,3% disseram fazer essa análise apenas em algumas situações, enquanto 7,1% afirmaram não realizar essa avaliação previamente.

Esse resultado revela um panorama relativamente positivo no que se refere ao comportamento financeiro preventivo, fundamental para evitar o superendividamento e o consumo impulsivo.

Para Domingos (2018), o planejamento financeiro pessoal é uma ferramenta indispensável para transformar a relação com o dinheiro, proporcionando equilíbrio, segurança e permitindo que o indivíduo viva de acordo com seus valores e propósitos.

Gráfico 6 - Qual a principal razão para você possuir dívidas?



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Essa pergunta buscou avaliar se os indivíduos têm dívidas e quais os motivos pelos quais os levaram a adquirir. O gráfico 6, mostra que 71,4% dos respondentes afirmaram não possui dívidas, o que representa um cenário positivo em termos de saúde financeira entre os servidores.

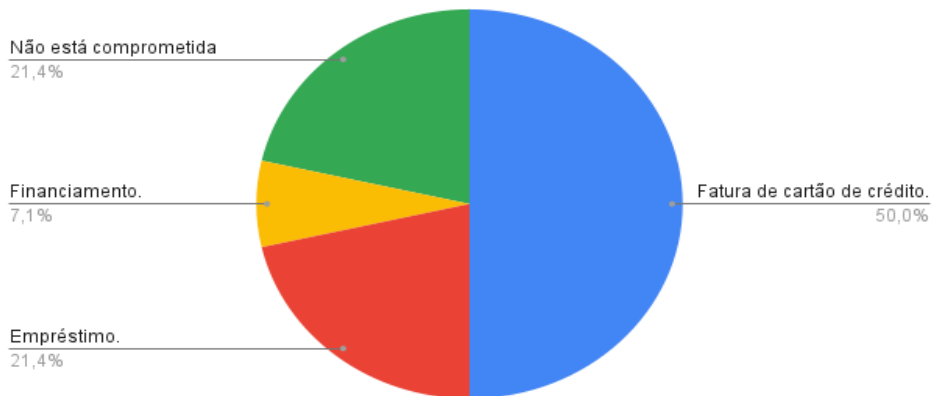
No entanto, 28,6% dos participantes apontaram motivos distintos para a contratação de dívidas, sendo a falta de planejamento a razão mais citada (14,3%), seguida pelo fácil acesso ao crédito (7,1%) e pelo desemprego ou queda de renda (7,1%).

Esses dados reforçam a importância da educação financeira como ferramenta preventiva, sobretudo no que se refere à construção de hábitos de consumo consciente, à organização do orçamento e à criação de reservas financeiras.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), aproximadamente 70% dos servidores públicos ativos no Brasil enfrentam algum tipo de endividamento. Dessa maneira, percebe-se que o cargo com estabilidade não garante equilíbrio financeiro.

Gráfico 7 – Renda mensal comprometida com alguma dívida.

Sua renda mensal está comprometida com alguns desses itens?
(Pode marcar mais de uma alternativa)



Fonte: Pesquisa autor, 2025

O Gráfico, ilustra como a renda mensal dos servidores está comprometida, sendo uma pergunta de múltipla escolha que permite identificar a diversidade de passivos. O resultado mais preocupante e significativo é a alta incidência da fatura de cartão de crédito, que compromete a renda de 50,0% dos respondentes.

Em segundo lugar, o empréstimo (que no contexto do servidor geralmente é consignado) impacta a renda de 21,4% dos participantes, mesmo percentual dos servidores que afirmam não ter a renda comprometida por nenhum desses itens.

A manutenção de dívidas caras, como por exemplo, o cartão de crédito apesar da estabilidade salarial, reforça o comportamento financeiro, demonstrando que o excesso de confiança na previsibilidade da renda e o foco no consumo imediato se sobrepõem à disciplina de planejamento de longo prazo.

Gráfico 8 - sobre o conhecimento financeiro perfil de investidor.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O gráfico evidencia que a maioria dos participantes da pesquisa (78,6%) conseguiu identificar corretamente os três (3) perfis de investidores: conservador, moderado e agressivo.

No entanto, 21,4% demonstraram desconhecimento ou confusão quanto à classificação correta, o que sugere a necessidade de maior esclarecimento sobre conceitos básicos do mercado financeiro.

Esse dado é relevante, pois conhecer o próprio perfil de investidor é fundamental para decisões mais assertivas quanto ao uso dos recursos, especialmente quando se busca alinhar os investimentos aos objetivos financeiros pessoais de curto, médio e longo prazo. Segundo Cerbasi (2013), compreender os tipos de investidores e identificar o próprio perfil.

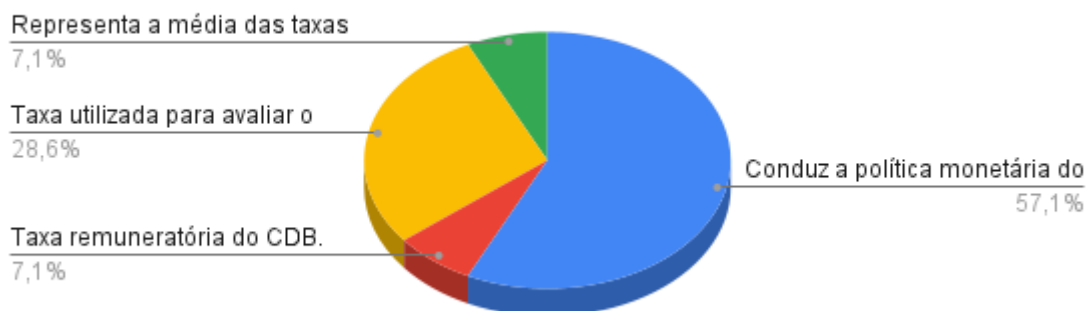
É o primeiro passo para um planejamento financeiro consciente e eficiente, pois evita frustrações com perdas e escolhas incompatíveis com o grau de tolerância ao risco. (CERBASI, 2013)

Nesse contexto, a falta desse conhecimento pode levar a escolhas inadequadas, comprometendo os resultados financeiros e o bem-estar emocional do investidor.

Portanto, promover ações de educação financeira que contemplem também o universo dos investimentos é uma estratégia importante para fortalecer a autonomia financeira dos servidores públicos e capacitá-los a tomar decisões mais seguras e eficazes sobre o destino de seus recursos.

O gráfico 9 – Sobre o conhecimento financeiro: assinale a opção que se refere à taxa Selic.

Assinale a opção que se refere à taxa SELIC:



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A análise do gráfico revela que 57,1% dos respondentes identificaram corretamente que a taxa Selic conduz a política monetária do país, enquanto 28,6% a confundem com a taxa usada para avaliar investimentos, e 14,2% a associaram incorretamente a outros conceitos.

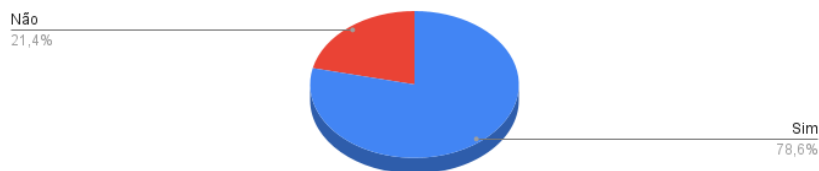
A Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) é a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), e serve como principal instrumento do Banco Central para controlar a inflação e estimular ou conter o crescimento da economia.

Segundo o Banco Central do Brasil (2024), a Selic é “a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais, sendo usada como referência para as demais taxas de juros da economia”. Sua correta compreensão é fundamental, pois impacta diretamente o custo do crédito, os rendimentos de aplicações financeiras e a dinâmica da dívida pública.

A presença de erros conceituais entre quase metade dos participantes reforça a importância de se ampliar o acesso à educação financeira que contemple o conhecimento sobre a política monetária e seu impacto na vida cotidiana dos cidadãos.

Gráfico 10 – Sobre desejo de buscar conhecimento financeiro.

Você tem interesse em buscar conhecimento sobre educação financeira?



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Sobre o desejo de buscar conhecimento financeiro, o gráfico revela um dado animador: 78,6% dos participantes demonstram interesse em buscar mais

conhecimento sobre educação financeira, o que indica uma abertura significativa para o aprendizado e aprimoramento da gestão das finanças pessoais.

Embora a maioria dos respondentes tenha demonstrado interesse em aprender mais sobre educação financeira, a recusa de 21,4% dos participantes em buscar esse tipo de conhecimento pode estar associada a fatores subjetivos e socioculturais, como o tabu em torno do tema dinheiro.

“Muitos brasileiros carregam o peso de não aprenderem a lidar com dinheiro na infância ou adolescência, e acabam tornando o tema um tabu, algo que não se discute nem com quem se vive sob o mesmo teto” (CERBASI, 2016, p. 37).

Conforme destaca a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), promover a educação financeira é também contribuir para o exercício da cidadania e para a formação de indivíduos mais conscientes e autônomos em suas decisões econômicas (BRASIL, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposto neste estudo foi analisado o conhecimento sobre finanças e como sua aplicabilidade impacta a saúde financeira dos servidores técnico-administrativos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XII. Falar sobre finanças, dinheiro, ainda é um assunto sensível para muitas pessoas, especialmente quando envolve exposição de rendimentos, dívidas ou dificuldades financeiras.

O medo do julgamento, a vergonha de reconhecer a desorganização financeira ou até mesmo o receio de parecer vulnerável diante de colegas ou familiares são barreiras significativas que inibem a pessoa falar sobre dinheiro e até mesmo, compartilhar dificuldade para acessar o conhecimento.

Nesse contexto, o tabu cultural em torno do dinheiro pode ser considerado uma hipótese explicativa para parte das negativas obtidas na pesquisa, e reforça a importância de criar espaços seguros e respeitosos para a promoção do tema, a fim de reduzir o estigma e encorajar uma mudança de mentalidade.

Esse trabalho teve como objetivos específicos: verificar as atitudes e comportamentos dos servidores em relação ao planejamento financeiro e ao

gerenciamento de dívidas; analisar o conhecimento dos servidores sobre temas relacionados à educação financeira; identificar possíveis necessidades de capacitação em educação financeira entre os servidores técnico-administrativos

Diante do exposto, percebe-se que educação financeira pode ser além dos números, acredita-se que esse grupo merece atenção específica em futuras ações de sensibilização ao tema educação financeira. Como sugestão para estudos futuros, a presente pesquisa aponta para a necessidade de aprofundamento investigação da eficácia das políticas de crédito consignado na saúde financeira do servidor, analisando como o acesso facilitado ao crédito de baixo custo se relaciona com o endividamento por dívidas caras (como o cartão de crédito) e a percepção de bem-estar.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023. **Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

AEF - Associação de Educação Financeira. Relatório Anual 2012. São Paulo, 2012.

CUNHA, Ferreira: O mercado financeiro chega a sala de aula < **ARTIGOS** • Educ. Soc. 41 • 2020 • < <https://doi.org/10.1590/ES.218463>> Acesso em 10.11.2025

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto inclui educação financeira no currículo das escolas*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1098185-projeto-inclui-educacao-financeira-no-curriculodasescolas>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm.> Acesso em: 11 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *O que é a Taxa Selic?* Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/taxaselic>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BATISTA, Vera; OLIVEIRA, Leandro. **Servidores públicos têm dívida recorde.** Correio Braziliense, n. 19425, 01 ago. 2016. Economia, p. 6.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos.** São Paulo: Gente, 2004

CERBASI, Gustavo. *Investimentos inteligentes: estratégias para multiplicar seu patrimônio com segurança e eficiência.* São Paulo: Gente, 2009.

CERBASI, Gustavo. *Investimentos inteligentes: estratégias certeiras para multiplicar seu patrimônio com segurança.* São Paulo: Gente, 2013.

CERBASI, Gustavo. *Como organizar sua vida financeira.* 2. ed. São Paulo: Sextante, 2016.

Conhecimento Financeiro em Estudantes de Graduação: **Impactos no Comportamento Financeiro e Implicações para a Educação Superior** <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/2430/582>> acesso: 16.06.2024

Concurseiro se abusa por um emprego estável: **reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público.** Revista USP Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2011, vol. 14, n. 2, pp. 211-226. <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25704/27437>> acesso: 30.05.2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Em 2016, **os 11,3 milhões de servidores acumulavam R\$ 171,3 bilhões em dívidas consignadas.** Correio Braziliense, Brasília, n. 19.425, p. 6, 01 ago. 2016. Caderno Economia.

CLASON, George S. *O homem mais rico da Babilônia.* São Paulo: Ediouro, 2007.

DIÁRIO OFICIAL ONLINE <<https://sintestuefs.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Nova-tabela-de-vencimento-2025.pdf>> Acesso em 13.11.25

DORTE, José Carlos. **Uma reflexão sobre o endividamento do brasileiro.** Anajustrafederal. 20.05.2025
<<https://anajustrafederal.org.br/noticias/financas/2025/05/uma-reflexao-sobre-o-endividamento-do-brasileiro>> acesso em 30.06.2025

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira.** São Paulo: Dsop, 2017

DOMINGOS, Reinaldo. *Sabedoria financeira: o segredo de quem acordou para vencer.* 6. ed. São Paulo: DSOP, 2018.

Endividamento das Famílias <<https://www.poder360.com.br/poder-economia/endividamento-das-familias-sobe-para-764-em-fevereiro-diz-cnc/>>

Estratégia Nacional de Educação-ENAF<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_a_ENEF.pdf> 05.06.2024.

Financeira - **Planejamento Financeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Liberato, 2023.

Funpresp-Jud- <<https://www.funpresjud.com.br/60-mil-pessoas-pesquisam-mensalmente-sobre-educacao-financeira/>> 18.04/2025

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. Princípios de administração financeira. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

Jusbrasil-**servidor público endividado**-<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/servidor-publico-endividado-descubra-como-sair-dessa-situacao-hoje/3015594149>

KAISER, T.; LUSARDI, A.; MENKHOFF, L.; URBAN, C. **Financial education affects financial knowledge and downstream behaviors**. *Journal of Financial Economics*, v. 145, n. 2, p. 255–272, 2022

KLONTZ, Brad; KLONTZ, TED. **A Mente Acima do Dinheiro**. 2° ed. São Paulo: Novo Século, 2011.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba, PR: Inter saberes, 2014.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.

LIBERATO, F. **Educação Financeira: Finanças Pessoais – Psicologia Financeira - Planejamento Financeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Liberato, 2023.

LOPES, Andressa Videira; BADIO, Caio Alves; COIMBRA, Juliana Cristina Maia; POZZAN, Leonardo; BIAZOTO, Renan de Paiva. Alfabetização financeira dos alunos dos cursos de administração de empresas, economia e ciências contábeis da FECAP. *Revista Linceu On-Line*, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 53-71, jun. 2014. Acesso:<https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1696/957> Acesso em 22.05.2024

Lusardi, A. Alfabetização financeira e a necessidade de educação financeira: evidências e implicações. *Estatísticas de Economia Swiss J* **155**, 1 (2019).<<https://doi.org/10.1186/s41937-019-0027-5>> acesso em 28.05.2024.

MARQUES,N.FARIA, A. FAUSTO, F. PINTO, V. Conhecimento Financeiro em Estudantes de Graduação: **Impactos no Comportamento Financeiro e Implicações para a Educação Superior** <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/2430/582>> scesso em: Set-Dez 2023 .

Marconi, N. (2003). Evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. **ENAP Revista do Serviço Público**, 54 (1), 9-45.

O GLOBO. **Educação financeira é buscada no Google por 60 mil pessoas por mês, mas maioria tem dificuldade de colocar em prática**. Rio de Janeiro, 08 mar. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2022/03/educacao-financiera-e-buscada-no-google-por-60-mil-pessoas-por-mes-mas-maioria-tem-dificuldade-de-colocar-em-pratica.ghtml>> Acesso em: 19.04. 2025.

Servidores públicos têm dívida recorde
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/525762/noticia.html?sequence=1>> Acesso em 15.04.2025

SOARES, Leandro. *Educação financeira: práticas cotidianas e desafios comportamentais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

Pimentel, R. G. (2007). “**E agora, José?**”: **jovens psicólogos recém formados no processo de inserção no mercado de trabalho**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TOMMASI, Alessandro; LIMA, Fernanda. **Viva Melhor: Sabendo administrar suas finanças**. São Paulo: Saraiva, 2007. 245 p.